

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Dia Class.: 13

Data: 04/11/80 Pg.: _____

Contestada competência do Tribunal Russel

GOVERNO CONFIRMA PROIBIÇÃO DA IDA DE JURUNA À HOLANDA

BRASÍLIA (AGS) — O Cacique Xavante Mário Juruna, que não vai mais participar como jurado do Tribunal Bertrand Russell, em Roterdã, na Holanda, conforme afirmou ontem à tarde o Ministro do Interior, Mário Andreazza. Segundo o Ministro, «o Governo brasileiro não reconhece nem a existência, nem a competência do Tribunal para julgar a política indigenista do Brasil». Mário Juruna havia afirmado, na quinta-feira passada, que o presidente da Funai, Coronel Nobre da Veiga, lhe teria dado permissão para esta viagem.

O LÍDER CONTRARIADO

CURITIBA (AGS) — Um grupo de políticos pretende reunir o Cacique Mário Juruna e o presidente da Funai, Coronel Nobre da Veiga, na quinta-feira, em mais uma tentativa para que o líder Xavante obtenha sua permissão para participar do Tribunal Russel na Holanda, para o qual foi especialmente convidado. A informação foi dada ontem pelo próprio cacique, em Curitiba, onde participou com o cineasta Zeltó Viana, diretor do filme «Terra dos

índios», de um debate promovido pela Fundação Cultural.

Desde que a Funai negou seu passaporte, Mário Juruna vem tentando sensibilizar políticos e juristas para remover a proibição oficial. Ontem, ele fez questão de mostrar a gravação que fez com o Coronel Nobre da Veiga, condicionando sua ida à Holanda desde que não falasse do Brasil. Para o Cacique Juruna, o veto da Funai significa uma autocondenação por suas atividades. «Antes mesmo que o Tribunal Russel faça o julgamento, a Funai está-se condenando», observou, visivelmente, contrariado.

Se a reunião marcada para quinta-feira não se realizar, Juruna vai tentar falar com o Ministro do Interior, Mário Andreazza. «Se der zebra nessas duas tentativas — explicou — vou tentar falar com o Presidente Figueiredo, pois parece que a Funai quer me derrubar como se eu fosse um seu funcionário e não um líder indígena».

Juruna, a essa altura, ignorava que Andreazza acabava de vetar, definitivamente, sua ida à Holanda.

Gaviões constroem nova aldeia, contra Funai

BELÉM (AGS) — Os índios Gaviões não acatar a determinação da Funai para suspenderem a construção de uma nova aldeia que iniciaram há dois meses e também poderão paralisar as obras que vêm sendo realizadas, pela Eletronorte, na área do Posto Indígena Mãe Maria, no Sul do Pará, se a empresa não entregar à comunidade as árvores derrubadas para a passagem da linha de transmissão de energia de Imperatriz a Marabá.

Numa carta endereçada ao presidente da Funai, o «capitão» (chefe) dos gaviões, Kokrenum, diz não ter gostado de um ofício que Nobre da Veiga enviou ao arquiteto Reginaldo Viana de Sá, contratado pelos índios para construir a nova aldeia, mandando que ele suspendesse as obras. Os próprios índios haviam procurado Viana de Sá em Brasília, para que ele projetasse e construísse a nova aldeia, que consumirá 15 dos 40 milhões de cruzeiros que a comunidade recebeu de indenização da Eletronorte pela passagem da linha de transmissão de energia, pelo interior da Reserva Mãe Maria.

O CONTRATO

Viana assinou um contrato com os índios, devendo receber 100 mil cruzeiros por mês, metade para sua esposa, que também trabalhará entre os índios, e metade para ele. A nova aldeia, substituindo a atual, de onde os Gaviões vão se transferir devido à proximidade com a linha de alta tensão, foi iniciada em setembro, tendo casas de madeira (uma, de dois andares, será para Kokrenum), escola, posto médico, instalações sanitárias, luz e água.

No dia 22 de outubro o presidente da Funai enviou um ofício ao arquiteto recomendando-lhe que sustasse as obras sob sua administração «até que sejam mantidos en-

tendimentos com esta presidência». Mas, Kokrenum, na carta a Nobre da Veiga, diz que, «se ele quiser parar a obra, tem que vir na aldeia e falar na minha frente, como homem. Não tem que mandar parar por fora da comunidade». Argumenta que «os índios conseguiram o dinheiro sozinhos, sem a ajuda da Funai, e que agora não querem mais morar em lugar feito porco, feio, e sim morar bem».

«Por que só a FUNAI pode morar bem, ver televisão, com o dinheiro do índio? pergunto Kokrenum. Os outros índios estão ruim, passando mal, eu não quero isto não, quero melhorar, dormir bem, morar bem, bonito». O «Capitão» diz que o presidente da FUNAI não o respeitou ao tomar a decisão. «Somos nós que estamos fazendo. Se quiser, pode vir me matar, que vou construir, vou até o fim. Eu quero o serviço pronto. Ninguém está botando na minha cabeça. Eu quero, por minha conta, contratar gente particular, amiga. Presidente pode vir aqui, mas obra continua. Já mandei, ninguém me manda, eu faço». Diz a carta, que é a transcrição de uma gravação.

Os índios alegam também que a Eletronorte não está lhes entregando a madeira do desmatamento para construírem as casas da nova aldeia, como havia prometido no contrato assinado em junho. E se continuar queimando a madeira, a comunidade vai paralisar a obra. Só em junho deste ano, após um prolongado impasse, os «gaviões» aceitaram que a linha de transmissão de energia, da hidrelétrica de Tucuruí, interligada ao sistema da CHESF, passasse por sua reserva, onde vivem 163 índios. Para isso, a Eletronorte pagou 40 milhões de cruzeiros de indenização. Com parte desse dinheiro os índios querem construir uma nova aldeia.